

O que aconteceu em Hong Kong?

Análise inicial da Reunião Ministerial da OMC, dezembro de 2005

A reunião ministerial da OMC em Hong Kong foi uma oportunidade perdida de tornarmos o comércio mais justo para pessoas que vivem em situação de pobreza em todo o mundo. Os países ricos colocaram seus interesses comerciais acima dos interesses dos países em desenvolvimento. A maioria das decisões difíceis foi adiada para uma outra reunião a se realizar no início de 2006, mas não há indicações claras das razões que levariam países ricos que não conseguiram assumir suas responsabilidades em Hong Kong a se comportar de outra maneira daqui a alguns meses.



Resumo

A reunião ministerial da OMC em Hong Kong foi uma oportunidade perdida de tornarmos o comércio mais justo para pessoas que vivem em situação de pobreza em todo o mundo. Os países ricos colocaram seus interesses comerciais acima dos interesses dos países em desenvolvimento. O limitado progresso alcançado na área agrícola foi mais do que anulado por textos anti-desenvolvimento definidos para o setor dos serviços e para as tarifas industriais. A maioria das decisões difíceis foi adiada para uma outra reunião a se realizar no início de 2006.

Os países em desenvolvimento continuaram a se agrupar em diferentes blocos em Hong Kong, tornando sua voz mais ativa nas negociações. Diferentes grupos se juntaram em Hong Kong para formar uma aliança, chamada de G110, para pressionar a União Européia e os Estados Unidos a reformar seu regime de subsídios agrícolas. Em parte, essa medida foi uma reação às tentativas dos países ricos de colocar países em desenvolvimento uns contra os outros.

Na área agrícola, a maior parte do trabalho ainda está por ser feita, principalmente no que se refere ao disciplinamento dos subsídios internos dos países ricos, que geram *dumping* e ainda não foram, em grande parte, abordados.

A declaração ministerial final apresentou alguns pequenos avanços no setor agrícola, como a definição de um prazo final para a eliminação de todos os subsídios à exportação, 2013, e a concessão de mais flexibilidade para os países em desenvolvimento protegerem seus agricultores familiares. Observou-se algum progresso na prevenção do uso da ajuda alimentar humanitária como uma forma camuflada de *dumping*, mas, no que se refere ao algodão, as medidas acordadas não satisfazem nem mesmo a decisão do painel do algodão contra os Estados Unidos.

Os países em desenvolvimento conseguiram evitar algumas tentativas de abrir seus mercados para setores industriais e de serviços do Norte. No entanto, mesmo o texto mais ameno sobre o acesso ao mercado para produtos não agrícolas (NAMA) e sobre os serviços é prejudicial ao desenvolvimento.

A oferta de um acesso ao mercado isento de taxas aduaneiras e de cotas para os países mais pobres contém brechas suficientes para minar quase que inteiramente o valor do acordo. Os ministros acordaram um mecanismo de 'ajuda comercial' que consiste, principalmente, em recursos reciclados e não houve qualquer progresso em relação a outras 'questões de desenvolvimento'.

Quando as negociações forem reiniciadas no início de 2006, os negociadores dos países ricos não podem simplesmente aparecer e retomar as conversas no ponto em que as deixaram em Hong Kong. Eles devem refletir, examinar sua consciência e emitir uma resolução de Ano Novo que garanta que essas negociações constituirão uma rodada de desenvolvimento em prol das pessoas que vivem em situação de pobreza no mundo.

1 Introdução

Diferentemente das três reuniões ministeriais anteriores da OMC realizadas em Seattle, Doha e Cancun, a conferência ministerial da organização realizada em Hong Kong em 2005 não acabou num caos de distúrbios de rua, não se arrastou após a data prevista para o seu encerramento para que se pudesse chegar a uma conclusão tensa - quando muitas delegações já estavam em seus aviões voltando para os seus países - e não fracassou completamente com as partes acusando-se mutuamente por seu desfecho. No entanto, esse foi todo o seu mérito, porque o texto acordado em Hong Kong representou uma oportunidade perdida de tornarmos o comércio mais justo para pessoas que vivem em situação de pobreza em todo o mundo. O acordo reflete muito mais os interesses dos países ricos que os dos países em desenvolvimento. A maioria das decisões difíceis foi adiada para uma outra reunião a se realizar no final de abril de 2006, mas não há indicações claras das razões que levariam países ricos que não conseguiram assumir suas responsabilidades em Hong Kong a se comportarem de outra maneira daqui a alguns meses.

Este documento informativo faz uma análise preliminar dos resultados da conferência ministerial de Hong Kong e considera suas implicações para a Rodada de Doha, a OMC e o desenvolvimento de um modo geral.

O que se esperava alcançar em Hong Kong?

Quatro anos após o início da Rodada de Doha, as negociações em torno do comércio internacional estavam enfrentando claros problemas na véspera da reunião de Hong Kong. A Oxfam descreveu detalhadamente os desafios enfrentados pelos membros da OMC no documento informativo que emitiu antes da reunião ministerial intitulado

Blood on the Floor.¹ De um modo geral, para justificar o título de 'Rodada do Desenvolvimento', a reunião de Hong Kong deveria promover avanços no sentido de:

- Reformar as políticas agrícolas adotadas pelos países do Norte para pôr fim à prática do *dumping*;
- Garantir aos países em desenvolvimento um espaço para políticas concebidas para proteger produtores rurais vulneráveis e promover novas indústrias e serviços;
- Aumentar o acesso de agricultores e indústrias de países em desenvolvimento aos mercados dos países ricos.

Embora não houvesse dúvidas de que isso não seria logrado em Hong Kong, esperava-se que a reunião ministerial mostrasse avanços efetivos em torno de questões de promoção do desenvolvimento que restaurassem um pouco da credibilidade perdida da rodada. Infelizmente, nada disso aconteceu.

O que aconteceu no período que antecedeu a reunião ministerial?

O fracasso da reunião ministerial anterior em Cancun foi compensado por um acordo assinado em Genebra em julho de 2004, que definiu uma estrutura para o resto da rodada. No entanto, desde então os avanços observados em Genebra foram mínimos. Prazos se esgotaram e reuniões foram realizadas com a maioria dos países reeditando velhas posturas.

A culpa por essa paralisia foi colocada principalmente nas políticas agrícolas dos países ricos e, em outubro de 2005, num esforço para reanimar os ânimos antes da reunião de Hong Kong, os Estados Unidos e a União Européia apresentaram propostas para o setor agrícola que, segundo afirmavam, representavam grandes avanços em relação aos três 'pilares' do acordo agrícola (apoio interno, concorrência nas exportações e acesso ao mercado). Após serem analisadas mais detalhadamente, ficou claro que essas propostas não tinham muita substância, pois não previam cortes efetivos em subsídios ou tarifas e insistiam na manutenção de diversas brechas que permitem que governos continuem a subsidiar intensamente seus produtores rurais e a despejar o excedente de sua produção nos mercados mundiais em regime de *dumping*. Ainda assim, a União Européia exigia em contrapartida um acesso muito maior aos mercados dos países em desenvolvimento para as indústrias européias.

Em que pese essas deficiências, as propostas geraram uma onda de discussões com outros parceiros comerciais e realimentaram esperanças de que haveria algum progresso em Hong Kong.

Os avanços alcançados foram mínimos ou até mesmo negativos nas outras duas principais áreas das negociações: a das tarifas industriais (acesso ao mercado para produtos não agrícolas, NAMA) e dos serviços. Em relação ao NAMA, as negociações foram afetadas pela dificuldade de se definir a fórmula a ser aplicada às reduções tarifárias e o tipo de flexibilidade a ser disponibilizada aos países em desenvolvimento.

Na área dos serviços, os países ricos não estavam satisfeitos com as propostas dos países em desenvolvimento, de modo que, antes da reunião de Hong Kong, tentaram mudar as regras no meio do jogo. Em vez de adotar uma abordagem pró-desenvolvimento 'de baixo para cima', segundo a qual (diferentemente do que ficou definido em outros acordos da OMC) os países decidiriam que setores incluiriam nas negociações, a União Européia propôs o estabelecimento de 'referências' — um compromisso mínimo negociado em termos de números de setores e nível de pretensão — por parte de todos os membros. Numa decisão que revela como considerações relacionadas ao desenvolvimento estão sendo deixadas de lado em função da política de poder que é usada nas vésperas de uma reunião ministerial, o presidente das negociações sobre serviços redigiu a minuta de um texto em outubro de 2005 que favorecia a proposta da União Européia, a despeito da oposição dos países em desenvolvimento.

À medida que a data da reunião ministerial se aproximava, a União Européia passou a enfocar o que ficou conhecido como um 'pacote de medidas pró-desenvolvimento', como a definição de uma emenda ao TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio) para aumentar o acesso de medicamentos

patenteados aos mercados de países pobres; o acesso ao mercado isento de taxas aduaneiras e de cotas para países menos desenvolvidos; a 'ajuda comercial'; e medidas para atacar o problema da 'erosão de preferências'.² No entanto, os céticos descreveram esse pacote pró-desenvolvimento como uma tentativa de desviar a atenção da necessidade de reformas na Política Agrícola Comum (CAP).

No mês que antecedeu a reunião ministerial, à medida que ficou claro que a ambição de aprovar 'modalidades' plenas (essencialmente, acordos em torno de números que os membros devem transformar em cronogramas para países individuais) não se consolidaria, o Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, e outros poderosos começaram a abaixar suas expectativas. Em vez de acordar números, a reunião de Hong Kong acabou sendo usada, principalmente, como um espaço para os diferentes países testarem as posições e intenções uns dos outros e foi marcada pela ambigüidade, adornada por alguns pequenos avanços superenfáticos em relação às questões de desenvolvimento.

Como transcorreu a conferência ministerial de Hong Kong?

As reuniões ministeriais da OMC são sempre caóticas e a de Hong Kong não foi uma exceção. Ela foi marcada pela costumeira turbulência de rumores de mudanças de posturas, abandono de velhas posições, negociações, saídas repentinas de reuniões e divisões entre grupos, alguns dos quais certamente espalhados de propósito.

Feitas essas considerações, muitos delegados elogiaram a eficiência e organização do governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong e consideraram a reunião mais transparente e inclusiva que as anteriores. Atualmente, as reuniões ministeriais transcorrem como uma espécie de sistema pseudo-parlamentar de bastidores, no qual os diferentes grupos de países são representados em discussões em pequenos grupos e recebem, nos bastidores, relatos das questões que estão sendo discutidas. No entanto, essas linhas de comunicação se deterioram à medida que os delegados se esgotam após passarem longas horas acordados e o ritmo das negociações é retomado. Nas horas finais cruciais, muitos delegados, principalmente de delegações menores, só têm uma compreensão parcial do que está sendo discutido. A falta de sono aumenta o desequilíbrio em termos de capacidade de negociação entre delegações suficientemente grandes para trabalhar em turnos, permitindo que alguns delegados durmam enquanto outros trabalham, como a dos Estados Unidos (356 delegados), e as que são obrigadas a ficar 24 horas no ar, como a de Burundi (3 delegados).

Essa pressão gera um ambiente de 'mentalidade de leilão', no qual delegados fazem lances por coisas que nem sabem ao certo se precisam realmente. Esse ambiente pode ser facilmente manipulado por atores de mais peso, que vendem conquistas insignificantes como aparentes vitórias. Começar oferecendo uma proposta ruim é uma tática tradicional de negociação que obriga que outros delegados desperdicem tempo e capital político apenas para manterem a linha aberta. Após alguns dias, é extremamente difícil discernir que emendas são efetivamente importantes e quais delas são apenas decorativas.

Além disso, à medida que um número maior de países em desenvolvimento se envolve ativamente nas negociações, a ‘geometria variável’ de diferentes grupos de países trabalhando juntos em torno de questões específicas aumenta, exigindo mais tempo para consultas nos bastidores com grupos mais amplos. Esse crescente processo de consultas sobrecarrega muito uma reunião limitada há cinco dias.

Num nível mais profundo, esse sistema não permite que algumas questões básicas de *accountability* e boa governança sejam abordadas, como a necessidade de se elaborar atas de reuniões e de se ter um tempo suficiente para a análise de textos e consultas com governos nas capitais.

Em resumo, a OMC continua sendo, nas palavras de Pascal Lamy, uma ‘organização medieval’, e muitos países acabam assinando acordos sem ter tido tempo suficiente para considerar suas implicações.

Os delegados do G90 – um grupo composto por países da Ásia, Caribe e Pacífico, países menos desenvolvidos e países da União Africana – foram ficando cada vez mais frustrados quando observaram que, após terem sugerido diversas propostas de mudanças para um texto que não havia sido contestado por nenhum outro membro, elas haviam sido simplesmente ignoradas pelo facilitador e por outros encarregados de aceitar ou rejeitar emendas. Eles haviam sugerido, entre outras coisas, que a referência a empréstimos no parágrafo sobre ajuda comercial (**parágrafo 57**) fosse suprimida e que fosse feita uma distinção entre as empresas estatais de comercialização de países desenvolvidos e em desenvolvimento (**parágrafo 6**).

O abuso mais sério das regras processuais foi observado nas negociações sobre serviços, nas quais o ministro coreano designado para facilitar as discussões em Hong Kong adotou a tática do jogo duro do presidente do grupo de negociações sobre serviços sediado em Genebra. Ele tentou forçar a aceitação do controvertido anexo C sobre serviços para inclusão no texto, a despeito da veemente oposição dos países em desenvolvimento. Ele acabou conseguindo o que queria, mas os países em desenvolvimento também conseguiram introduzir algumas emendas para moderar o que era originalmente um texto drástico.

Alguns delegados também relataram que a Secretaria, particularmente o novo Diretor Geral, Pascal Lamy, havia desempenhado muito mais o papel de agente do acordo final, fazendo contatos bilaterais com países-chave para que chegassem a um texto aceitável para eles. Essencialmente, esse processo conseguiu gerar um texto próximo do limiar da inaceitabilidade, que teria precipitado uma saída geral da mesa de negociação. Há, no entanto, uma linha muito tênue entre a liderança e o uso indevido de pressão e alguns delegados relataram que, na opinião deles, o Sr. Lamy cruzou essa linha nas discussões em torno dos serviços. No entanto, o Sr. Lamy voltou para Genebra com um bom capital político – agora, é crucial que ele use esse capital para fazer com que a rodada efetivamente aborde questões relacionadas ao desenvolvimento como um elemento-chave.

Quais foram os diferentes grupos de países?

Desde a realização da reunião ministerial de Doha de 2001, os países em desenvolvimento têm formado grupos para tentar aumentar sua influência.

Negociando juntos, grandes coalizões como a do G20 (liderada pelo Brasil e pela Índia) e a do G33 (liderada pela Indonésia e pelas Filipinas) em torno do tema da agricultura ou a do Grupo da África, dos Países da Ásia, Caribe e Pacífico e dos países menos desenvolvidos em torno de todos os temas estão se tornando mais influentes nas negociações. O Brasil e a Índia se tornaram, particularmente, líderes de amplas coalizões de países em desenvolvimento e, conseqüentemente, garantiram sua presença no círculo interno das negociações, juntamente com a União Européia e os Estados Unidos.

Os blocos de países em desenvolvimento parecem ter se consolidado mais em Hong Kong, quando os diversos grupos de países em desenvolvimento estabeleceram uma aliança em torno de temas agrícolas que ficou conhecida como 'G110', representando 80 por cento da humanidade. O G20 havia solicitado ao Brasil que promovesse uma reunião com os ministros dos Países da Ásia, Caribe e Pacífico, da União Africana, dos países menos desenvolvidos e do G33 para dar início ao que chamou de 'um processo' (ênfatizando que não seria um retorno às divisões Norte-Sul observadas na década de 1970).

Os ministros que participaram da entrevista coletiva realizada após a conferência enfatizaram que pretendem trabalharem juntos nos pontos acordados (por exemplo, na reforma do regime agrícola do Norte e em medidas para garantir espaços para a adoção de políticas por parte dos países em desenvolvimento) e administrar quaisquer desacordos para impedir que a União Européia ou os Estados Unidos usem a tática tradicional de 'dividir para reinar' — o que pode ter ajudado a persuadir atores importantes a enfocar a substância dos acordos e não manobras políticas. No entanto, ainda não se sabe se o G110 conseguirá superar os interesses contraditórios de alguns de seus membros em torno de questões como a das preferências tarifárias ou do tratamento especial e diferenciado e se tornar uma força efetivamente respeitável. O Brasil afirmou que a consolidação do grupo será um exercício pós-Hong Kong.

O jogo de poder entre esses grupos e importantes países ricos (principalmente a União Européia e os Estados Unidos) consistia, particularmente, nos esforços da União Européia para tentar separar cerca de 15 'países em desenvolvimento avançado (entre os quais o Brasil, a Índia, a Indonésia e a Argentina) do resto e concentrar seus esforços neles para obter concessões importantes em NAMA e no setor de serviços e, numa escala menor, no setor agrícola. A União Européia e os Estados Unidos vêem esses países como concorrentes que não devem esperar quaisquer concessões nas negociações comerciais, embora tenham algumas das pessoas nas piores situações de pobreza do mundo e claramente mereçam usar o comércio como um instrumento de desenvolvimento.

As tentativas dos países ricos de dividir os países em desenvolvimento envolveram incentivos (ajuda comercial; a extensão das isenções concedidas aos países menos desenvolvidos a economias de pequeno porte) e ameaças (nesta reunião ministerial a ameaça preferida foi a telefonar para a capital ou pessoas do alto escalão da delegação para adverti-las de que seu país poderia ser responsabilizado pelo fracasso da reunião se não mudassem de postura). Em Hong Kong, os Estados Unidos parecem ter se contentado principalmente em esconder-se atrás da União Européia e deixá-la receber todas as críticas por essas táticas.

As amplamente divulgadas divisões internas da União Europeia em torno da questão agrícola parecem aumentar sua determinação de apresentar grandes demandas em relação a NAMA e serviços. A União Europeia também pareceu não ter gostado de ter ficado na retranca, sofrendo pressões contra seus subsídios a exportações durante grande parte da conferência. Pouco antes da reunião, ela teve sua imagem ainda mais prejudicada ao oferecer apenas € 40 milhões aos países do Grupo de Países da Ásia, Caribe e Pacífico para compensar seus produtores de açúcar por prejuízos sofridos como parte de um pacote de reformas no setor açucareiro que distribuiu mais de € 7,5 bilhões ao setor açucareiro europeu. A União Europeia apelou então a esses países para que se unissem a ela contra as demandas dos Estados Unidos e do G20 por mais acesso ao mercado, numa flagrante tentativa de camuflar o protecionismo dos países ricos com legítimas preocupações pró-desenvolvimento.

Os Estados Unidos pareciam cerceados por sua política interna — seus grupos empresariais de *lobby* não pareciam muito entusiasmados, enquanto grupos que defendem interesses protecionistas nos setores dos artigos têxteis, de vestuário, agrícola e industrial expressavam suas demandas em alto e bom som. Em resposta, o Representante Comercial dos Estados Unidos pareceu priorizar acordos setoriais e multilaterais, que na sua opinião oferecem melhores chances de garantir um maior acesso ao mercado. Ele fez poucos amigos entre os países em desenvolvimento com sua relutância em aceitar reformas no setor do algodão, principalmente após oferecer um acesso isento de taxas aduaneiras e de cotas ao mercado do algodão dos Estados Unidos (parágrafo 11) sabendo que a África Ocidental não exporta algodão para o país.

Em grande parte, as manobras não passaram de tentativas de colocar a culpa no outro lado. A União Europeia tentando sair da retranca na questão agrícola enfocando áreas problemáticas dos Estados Unidos em relação a um acesso a mercados com isenção de taxas aduaneiras e de cotas para países menos desenvolvidos, aos subsídios algodoeiros e à ajuda alimentar, enquanto os Estados Unidos mencionavam repetidamente as propostas ‘pouco ambiciosas’ da União Europeia em relação a acesso a mercados.

Essas táticas desviaram a atenção de questões importantes para o desenvolvimento, como o *dumping* e a manutenção de obstáculos a um acesso efetivo a mercados dos países ricos, e permitiram que eles promovessem seus interesses ofensivos em relação a NAMA e serviços. Como o Ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, afirmou, ‘nos salões das plenárias, os países desenvolvidos falam sobre uma rodada de graça para os países em desenvolvimento. Nos bastidores, no entanto, eles continuam a pedir uma rodada de graça não para esses países, mas para eles próprios’.

O Canadá e o Japão também não se comportaram como se o desenvolvimento fosse uma prioridade para eles. O Canadá pareceu estar mais interessado em defender das contestações suas empresas estatais de comercialização de produtos agrícolas e sistemas de gestão do abastecimento e em conquistar novos mercados para suas indústrias e serviços. O Japão por sua vez, manifestou pouco apoio aos países em desenvolvimento, preferindo concentrar-se na proteção de seu mercado e em procurar agressivamente obter um maior acesso aos mercados dos países em desenvolvimento para seus produtos manufaturados e serviços.

Quando o Japão anunciou uma 'iniciativa de desenvolvimento' que prevê US\$ 10 bilhões em ajuda para o desenvolvimento comercial e declarou que essa iniciativa visava 'estimular os países em desenvolvimento a começar a negociar', surgiram acusações de que esse objetivo (que já havia, em grande parte, sido anunciado anteriormente) estava condicionado a reformas comerciais que beneficiariam indústrias japonesas.

2 A Declaração Ministerial

Pequenos avanços na questão agrícola, parágrafos 3 a 10

Noventa e seis por cento dos agricultores do mundo vivem em países em desenvolvimento. Três quartos das pessoas mais afetadas pela pobreza do mundo vivem em áreas rurais. Para muitos países, garantir um setor agrícola saudável e produtivo constitui um primeiro passo imprescindível em direção ao desenvolvimento.

Os países ricos e em desenvolvimento apóiam seus agricultores de diferentes maneiras. Países em desenvolvimento carentes de recursos precisam usar tarifas de importação para manter os preços em alta para seus agricultores e se proteger da prática do *dumping* e de aumentos repentinos de importações. As superpotências dos subsídios, como a União Européia e os Estados Unidos, apóiam sua agricultura com volumosos recursos de origem estatal. Esses subsídios excessivos geram uma superprodução no Norte que posteriormente é exportada em regime de *dumping* para os mercados mundiais, pressionando os preços para baixo e prejudicando a agricultura dos países em desenvolvimento. Os subsídios concedidos pelos Estados Unidos a produtores de algodão são conhecidos por seus impactos para milhões de pequenos produtores de algodão na África.

Pode-se dizer que, provavelmente, a agricultura foi a parte 'menos ruim' do texto final da reunião de Hong Kong, já que diversos avanços concretos foram definidos nessa área.

- 1 **Prazo final para a eliminação de todos os subsídios a exportações (parágrafo 6):** Foi acordado um prazo final - 2013 - para a eliminação dos subsídios a exportações e seus equivalentes. No entanto, esse prazo é posterior ao que quase todos os países desejavam (2010) e os subsídios a exportações representam uma parcela relativamente pequena do apoio agrícola que gera o *dumping* - eles são usados principalmente pela União Européia (€ 2,5 bilhões), mas representam apenas 3,6 por cento do apoio agrícola geral concedido pela União Européia. Essa decisão, embora bem-vinda, não deveria ofuscar o fato de que os subsídios a exportações da União Européia vêm caindo há anos e teriam sido gradualmente eliminados até 2013 com ou sem acordo. Além disso, o texto foi redigido numa linguagem deliberadamente vaga, que apela aos membros no sentido de que não esperem até o último momento, mas que 'antecipem' seus cortes nos subsídios no período entre a assinatura de um acordo e 2013. Essa questão exigirá vigilância, considerando a preferência anterior dos países ricos de 'adiar' seus compromissos, como observado, por exemplo, no caso da implementação do acordo da OMC sobre artigos têxteis e de vestuário.
- 2 **Os países em desenvolvimento garantiram medidas para proteger agricultores que vivem em situação de pobreza (parágrafo 7):** Embora não tenha incorporado a proposta do G33 no sentido de que os países em desenvolvimento pudessem caracterizar até 20 por cento de todas as

linhas tarifárias como produtos especiais, (ele menciona apenas um ‘número adequado’ a ser negociado em Genebra), o texto usa uma linguagem adequada ao se referir aos Produtos Especiais e a um Mecanismo Especial de Salvaguarda (SSM). Ele reconhece, por exemplo, a necessidade de os países em desenvolvimento decidirem por conta própria que produtos devem ser protegidos no sentido de garantir sua segurança alimentar, desenvolvimento rural e os meios de vida de agricultores que vivem em situação de pobreza. Em relação ao Mecanismo Especial de Salvaguarda, ele prevê gatilhos de preços e de volumes para garantir sua eficácia em coibir aumentos repentinos de importações. O tratamento efetivamente concedido a esses produtos determinará até que ponto esses instrumentos são úteis na prática e esse aspecto ainda deverá ser negociado em Genebra.

- 3 **Linguagem mais forte em relação ao apoio interno (parágrafo 5):** a linguagem deve levar a cortes reais nos níveis de subsídios concedidos pelos países ricos e não apenas à eliminação da diferença entre subsídios vinculados e aplicados. Embora sua redação seja ambígua, o texto efetivamente abre caminho para um maior disciplinamento da Caixa Azul, uma das mais flagrantes brechas introduzidas pelos países ricos no Acordo sobre Agricultura para ajudá-los a evitar cortes em seus subsídios.

Os países em desenvolvimento, principalmente a Índia, que só têm um direito limitado de usar mecanismos de apoio interno, segundo a chamada regra *de minimis*, também ficaram satisfeitos com o fato de sua capacidade de subsidiar atividades agrícolas ter ficado isenta de cortes.

No entanto, o grosso do trabalho em relação às principais questões agrícolas ainda deverá ser levado a cabo até o improvável prazo de 30 de abril de 2006 para que se chegue a um acordo em torno de todas as modalidades e de 31 de julho de 2006 para que sejam definidos cronogramas abrangentes para cada país (**parágrafo 10**). A ambição do texto é particularmente baixa quando ele aborda o *dumping* provocado pelos níveis excessivamente altos de apoio interno dos países ricos (**parágrafo 5**), tanto em termos dos valores envolvidos como da eliminação de brechas que permitem aos países isentar seus subsídios dos cortes previstos por meio da Caixa Verde.

Além disso, o texto oferece poucas oportunidades para um maior acesso aos mercados do Norte (**parágrafo 7**), que poderão proteger um número não especificado de ‘produtos sensíveis’ – uma brecha que reduz drasticamente o valor de quaisquer reduções gerais.

Algodão (parágrafos 11, 12)

A flagrante injustiça dos subsídios concedidos pelos Estados Unidos a seus produtores de algodão e seus impactos sobre os produtores africanos de algodão foram um teste decisivo para a reunião ministerial de Cancun em relação à questão do desenvolvimento. A Estrutura de Julho de 2004 estabeleceu subsequentemente um subcomitê do algodão para discutir tanto questões comerciais como de desenvolvimento relacionadas ao algodão. Além disso, uma ação movida pelo Brasil junto a OMC que resultou numa decisão contra o uso de subsídios por parte dos Estados Unidos forçou esse país a tomar medidas para reformar seu sistema. Até o

presente momento, no entanto, poucos avanços tangíveis foram observados nessa área.

Num esforço para suprimir a controvérsia em torno do algodão, o Representante Comercial dos Estados Unidos, Robert Portman, propôs, em novembro de 2005, um novo esquema de US\$ 7 milhões chamado 'Programa de Melhoria do Algodão para a África Ocidental'. Foi difícil levar essa proposta a sério, uma vez que somente US\$ 5 milhões dos US\$ 7 milhões oferecidos eram recursos novos (os Estados Unidos concedem esse mesmo valor em subsídios para seus produtores de algodão em apenas 10 horas), o esquema seria aplicado a cinco dos 33 países africanos que cultivam algodão e os valores envolvidos constituíam uma fração reduzida dos prejuízos sofridos por eles em decorrência do *dumping* praticado pelos Estados Unidos.

Em Hong Kong, após dias de difíceis negociações, o clima entre o chamado grupo dos 4 do algodão 'C4' - Mali, Chade, Benin, Burquina Faso e Senegal - mudou da disposição de se alinhar com os Estados Unidos para a frustração, raiva e resignação. No entanto, sua disposição foi fortalecida pela presença de algumas organizações de produtores de algodão na reunião ministerial. No fim, eles lograram alguns avanços, embora limitados:

- A eliminação de todas as formas de subsídios a exportações por parte dos países desenvolvidos em 2006 (embora esses subsídios representem apenas 10 por cento de todos os subsídios algodoeiros concedidos pelos Estados Unidos);
- Algum nível de compromisso de redução de outros subsídios distorcivos ao comércio com maior rapidez e abrangência para o algodão do que para outras culturas.

No entanto, em vez de ser negociado separadamente, o tema do algodão foi incluído nas negociações agrícolas gerais e, portanto, deixou de seguir o princípio do compromisso ou empreendimento único (*single undertaking*). Isso é particularmente ultrajante pelo fato de ambas as 'concessões' não levarem em consideração as verificações do painel que julgou a controvérsia em torno do algodão. Em Hong Kong, os negociadores dos Estados Unidos conseguiram transformar uma decisão contrária a eles em elemento de barganha com base no qual esperavam que os negociadores dos países em desenvolvimento fizessem concessões em outras áreas.

Ajuda alimentar (parágrafo 6)

A ajuda alimentar humanitária foi um dos temas mais complicados discutidos entre a União Européia e os Estados Unidos (que são os maiores provedores de ajuda alimentar humanitária, a maior parte da qual consiste em produtos cultivados no país), com ambos os lados acusando o outro de estar manipulando a questão para o seu próprio benefício comercial. Os defensores do *status quo* argumentaram que a imposição de restrições poderia impedir que essa ajuda fosse concedida aos famintos, enquanto os que exigiam que essa ajuda fosse sujeita a uma maior disciplina deixaram claro, desde o começo, que a ajuda alimentar emergencial deveria ficar isenta de qualquer restrição. O verdadeiro problema na OMC é o *dumping* de ajuda alimentar não emergencial, que leva agricultores locais à falência,

desperdiça até 50 por cento de todos os recursos gastos e constitui uma forma camuflada de subsídio à exportação.

Na final, observou-se algum progresso concreto na reunião de Hong Kong, que produziu uma estrutura (ainda vaga, mas mais clara do que compromissos anteriores) para os membros acordarem novas regras para impedir o uso indevido da ajuda alimentar e uma 'caixa segura' para garantir a isenção da ajuda de boa fé dos cortes propostos.

Fazendo frente à ofensiva dos países ricos em relação ao acesso ao mercado para produtos não agrícolas (NAMA), parágrafos 13 a 23

O NAMA abrange tarifas sobre produtos manufaturados, produtos pesqueiros e atividades de mineração e entrou em evidência no Acordo-Quadro de julho de 2004, quando os países em desenvolvimento se opuseram intensamente, mas sem sucesso, a uma minuta de acordo que exigia cortes drásticos.

Os países desenvolvidos têm pressionado duramente pela adoção de uma fórmula de redução tarifária (conhecida como 'fórmula suíça simples', embora sua simplicidade seja apenas relativa), que produz cortes maiores nas tarifas mais altas e menores nas tarifas mais baixas. Essa fórmula coloca os países em desenvolvimento em desvantagem, uma vez que suas tarifas geralmente são mais altas, e contradiz diretamente o princípio da 'reciprocidade menos que total' prometida em Doha.

O debate em NAMA levou ao estabelecimento de um novo grupo, o chamado *Core Group*, composto por nove países liderados pela Índia e a África do Sul, juntamente com a Argentina, o Brasil, o Egito, a Indonésia, as Filipinas, a Namíbia e a Venezuela.³ Esse grupo procurou manter as flexibilidades concedidas aos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que procurou evitar os picos tarifários e a progressividade tarifária do Norte.⁴

Esse grupo conseguiu evitar tentativas lideradas pelos países ricos de pressionar por uma fórmula suíça simples e garantiu a adoção de uma linguagem mais geral (fórmula suíça com coeficientes), que oferece a possibilidade de se adotar uma fórmula nacional diferente, mais pró-desenvolvimento, como a proposta do grupo ABI (Argentina, Brasil, Índia) (**parágrafo 14**). Essa batalha deverá agora ser travada em Genebra, começando, essencialmente, no mesmo ponto em que estava antes da reunião ministerial.

O *Core Group* também resistiu à pressões para condicionar o nível de flexibilidade que seus membros receberiam à vinculação e redução de tarifas (como previsto no parágrafo 8 do anexo NAMA do Acordo) e à proporção da 'reciprocidade menos que total' contida na fórmula de redução tarifária. Essa questão não foi resolvida (**parágrafo 15**) e é provável que seja novamente levantada em Genebra.

No que se refere a setores industriais específicos (por exemplo, os setores dos artigos têxteis e de peças de vestuário ou dos produtos pesqueiros), o texto adotou uma linguagem anteriormente inexistente ao se referir a iniciativas setoriais (**parágrafo 16**) – a participação não é obrigatória, mas

grupos de países ricos ansiosos por conquistar mercados certamente exercerão pressão sobre outros para que participem.

Uma questão compreendida por poucos, mas importante, diz respeito a como linhas tarifárias não vinculadas serão convertidas em tarifas vinculadas (**parágrafo 17**). Elas serão objeto de um *mark-up* (aumento) não linear sobre seu valor atual e a fórmula de redução tarifária será então aplicada à tarifa aumentada. Isso é claramente injusto, uma vez que os países desenvolvidos vincularam, em grande parte, suas tarifas em rodadas anteriores, quando podiam vinculá-las em qualquer nível que desejassem. Os países que liberalizaram seus mercados unilateralmente e têm tarifas aplicadas baixas, ficaram insatisfeitos com a idéia do *mark-up* e a referência à não linearidade visa permitir que eles tenham um *mark-up* mais alto do que países com tarifas aplicadas altas.

De um modo geral, o acordo ministerial continua contendo a receita inaceitável para a desindustrialização, que gerou tanta controvérsia nas negociações do Acordo-Quadro de julho de 2004. Naquele momento, os países em desenvolvimento insistiram na adoção de um 'veículo' — um primeiro parágrafo que declarou que nada do que se seguia havia sido acordado. No entanto, esse mesmo texto se tornou agora a essência do anexo do NAMA. A Oxfam continua a acreditar que ele não deve constituir a base de uma negociação pró-desenvolvimento.

Um novo parágrafo (**parágrafo 24**) exige 'equilíbrio entre questões agrícolas e o NAMA' nas negociações. Embora originalmente introduzido pela Argentina, que temia que os países ricos pressionariam por um progresso mais rápido no NAMA do que nas questões agrícolas, e fortemente rejeitado pela União Européia, o parágrafo passou a ser defendido pelos Estados Unidos para buscar cortes mais profundos em ambas as áreas.

Como ocorreu no caso da agricultura, o futuro das negociações em torno do NAMA é incerto, uma vez que o texto estabelece prazos para a definição das modalidades (30 de abril de 2006) e propõe cronogramas (31 de julho de 2006) totalmente inviáveis, a julgar pelo ritmo das negociações observado até agora (**parágrafo 23**).

Serviços, parágrafos 25-27

Os serviços envolveram preocupantes abusos processuais no período que antecedeu esta reunião ministerial. Um anexo rejeitado por muitos países em desenvolvimento em Genebra foi novamente proposto em Hong Kong, tornando-se a base para futuras negociações. O G90 e o grupo ASEAN propuseram muitas alternativas para o Anexo C, mas elas foram amplamente ignoradas. No entanto, sua oposição ajudou a abrir discussões sobre o anexo e gerou algumas melhorias.

Ao aprovar uma versão mais branda do anexo original, a OMC está alterando a estrutura das negociações do GATS (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços) no meio da rodada, afastando-se de uma abordagem mais pró-desenvolvimento e de baixo para cima acordada pelos países em desenvolvimento como uma base para a inclusão dos serviços na OMC e partindo para uma abordagem mais semelhante à adotada em outras áreas de negociação.

Embora o processo bilateral de solicitação-proposição tenha sido preservado, os países em desenvolvimento estão enfrentando uma pressão mais intensa para participarem também de negociações multilaterais (**Anexo C, parágrafo 7b**). Se um grupo de países solicitar a outro que participe de negociações multilaterais, esse outro grupo é obrigado a considerar essa solicitação. Isso representa, no entanto, uma melhoria em relação à primeira minuta, que obrigava os países a entrar em negociações em vez de apenas 'considerar' essa possibilidade.

Os países em desenvolvimento estão sendo também pressionados a estabelecerem novas 'referências qualitativas' (**Anexo C, parágrafo 1**), como níveis mais altos de participação acionária estrangeira, para estimulá-los a liberalizar novos setores de serviços, quer isso favoreça seu desenvolvimento ou não.

O texto também estabelece alguns prazos preocupantes (**parágrafo 11b**). Solicitações multilaterais devem ser apresentadas dentro de dois meses (até o fim de fevereiro de 2006 ou 'na maior brevidade possível após essa data') e os países devem responder a elas até 31 de julho de 2006. A Oxfam não acredita que um prazo de cinco meses seja suficiente para a consideração de uma solicitação, consultas com setores afetados e avaliação de seu possível impacto para diferentes tipos de liberalização.

Acesso ao mercado isento de taxas aduaneiras e de cotas (DFQF) para os países menos desenvolvidos (Anexo F, decisão 36)

Para os países menos desenvolvidos, essa questão se tornou um teste decisivo da sinceridade dos países ricos e, em muitos aspectos, eles foram reprovados. A atenção estava quase toda concentrada nos Estados Unidos e no Japão, uma vez que a União Européia e o Canadá já haviam acordado pacotes DFQF unilateralmente. Esse acesso a mercados, livre de taxas aduaneiras e cotas, será concedido a todos os países menos desenvolvidos em 'bases duradouras' até 2008 para pelo menos 97 por cento de todos os produtos.

A decisão representou um retrocesso em relação ao mandato de Doha, que previa um acesso DFQF pleno, e ela é muito menos generosa do que parece, já que os produtos-chave da maioria dos países menos desenvolvidos não serão isentos. Quase 94 por cento de todas as linhas tarifárias já gozam de acesso ao mercado dos Estados Unidos com tarifas muito baixas ou zero. Além disso, os países menos desenvolvidos tendem a exportar uma gama limitada de produtos. Três por cento compreendem cerca de 330 linhas tarifárias, e 20 a 25 linhas tarifárias respondem atualmente por cerca de dois terços das exportações totais de Bangladesh. Os Estados Unidos insistiram no estabelecimento de um teto de 97 por cento das linhas tarifárias precisamente porque ele permite que o país proteja seus setores de artigos têxteis e de peças de vestuário das importações de países como Bangladesh, Cambódia e Nepal (que no início da reunião eles tentaram excluir por completo). Esse percentual também permite que o Japão continue a proteger o arroz, o pescado, os artigos de couro e os calçados.

Além disso, bases 'duradouras' não são a mesma coisa que 'vinculadas' (os Estados Unidos chegaram a recusar-se a aceitar o termo 'duradouras') e, por essa razão, o termo fica sujeito a interpretações políticas e a interesses especiais no futuro.

Essa decisão foi realmente decepcionante. Se a chamada 'Rodada do Desenvolvimento' não consegue garantir mercados para que os países mais pobres usem o comércio como um meio para superar a pobreza, fica muito difícil perceber como as negociações gerarão resultados para os pobres.

Ajuda comercial (parágrafos 57, 48 a 51)

A decisão de criar uma força-tarefa da OMC para desenvolver a capacidade de oferta dos países pobres para que possam tirar proveito de oportunidades comerciais é bem-vinda, mas a Oxfam tem diversas preocupações a expressar em relação a como a ajuda comercial foi discutida em Hong Kong. O que mais preocupa é a improbabilidade dessa ajuda envolver novos recursos, além dos já prometidos no início do ano, por exemplo, na véspera da reunião do G8 em Gleneagles. Em vez disso, os recursos já prometidos serão reclassificados como 'ajuda comercial'. Quando o negociador-chefe dos Estados Unidos, Rob Portman, anunciou a proposta do seu país, ele afirmou explicitamente que ela deveria caminhar 'lado a lado' com um maior acesso a mercados. A vinculação da ajuda, já acordada anteriormente, a essas concessões comerciais por parte dos beneficiários da ajuda é inaceitável.

É provável que o FMI e o Banco Mundial sejam designados para liderar essa iniciativa por meio da Estrutura Integrada (**parágrafos 48 a 51**). Considerando o histórico dessas instituições, esse fato suscita preocupações, já que elas costumam impor condições, entre as quais a liberalização prematura do comércio. O texto menciona também 'empréstimos', enquanto que a ajuda deveria ser de 100 por cento para evitar aumentar ainda mais o ônus da dívida dos países em desenvolvimento. É auspicioso, no entanto, que a ajuda comercial não tenha se restringido aos países menos desenvolvidos e tenha sido disponibilizada a outros países em desenvolvimento.

A adesão de Tonga

A Oxfam tem mencionado repetidamente a forma injusta pela qual as negociações em torno da adesão de novos membros à OMC são desenvolvidas e essa situação não foi diferente na reunião ministerial. O minúsculo Reino de Tonga (população de 100.000 habitantes) foi aceito como membro da OMC em Hong Kong após negociações que resultaram em concessões inacreditáveis, entre as quais a imposição de um teto de 20 por cento para todas as tarifas agrícolas e industriais (enquanto os Estados Unidos aplicam um teto tarifário de 350 por cento e a União Européia cobra uma tarifa de 300 por cento sobre as importações de açúcar). Tonga também foi forçado a fazer sérias concessões para uma ampla gama de setores de serviços.

Outras questões relacionadas ao desenvolvimento

Diversas outras questões extremamente importantes para os países em desenvolvimento quase não receberam qualquer atenção em Hong Kong, como observado no restante da rodada até o presente momento. O Anexo F aborda algumas questões técnicas menos importantes, principalmente a prorrogação da isenção concedida aos países menos desenvolvidos das disciplinas impostas pelo Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMS). Em outros lugares, o texto consiste principalmente em exortações para que os membros 'dupliquem seus esforços' em relação a uma ampla gama de questões, entre as quais o tratamento especial e diferenciado (**parágrafos 35 a 38**), a implementação de acordos anteriores (**parágrafo 39**), os problemas específicos enfrentados por economias de pequeno porte (**parágrafo 41**), comércio, dívida e finanças (**parágrafo 42**), o comércio e a transferência tecnológica (**parágrafo 43**), os produtos primários (**parágrafo 55**) e a erosão de preferências (**parágrafos 9 e 20**).

3 Se a declaração de Hong Kong é tão ruim, por que os países em desenvolvimento a assinaram?

O clima entre a maioria dos países em desenvolvimento na reunião final dos chefes das delegações era de aceitação de má vontade e não de celebração. Cuba (em relação a NAMA) e Venezuela (em relação a NAMA e serviços) solicitaram que suas reservas fossem registradas, mas não impediram que a declaração fosse assinada.

Quase todos os delegados concordaram que um outro fracasso no estilo de Cancun prejudicaria a imagem da OMC como instituição, talvez definitivamente, e, por essa razão, procuraram evitar esse resultado com afínco.

Desde o primeiro dia da reunião ministerial, os delegados pareciam temer a possibilidade de levar a culpa por seu possível fracasso e os negociadores do Norte usaram essa tática regularmente para pressionar os países em desenvolvimento a concordar com suas propostas. Eles colocaram os países em desenvolvimento entre a cruz e a espada, pressionando pela aprovação de sua agenda ao mesmo tempo em que afirmavam que a intransigência desses países provocaria o fracasso da reunião, pelo qual eles seriam culpados. Essa tática rudimentar funcionou claramente com alguns ministros.

Além da psicologia da reunião ministerial, a verdade é que a maioria das grandes decisões sobre questões como NAMA, serviços e agricultura foi adiada para outra ocasião. As portas foram deixadas suficientemente abertas em negociações complexas, em razão do que todos os ministros deixaram a reunião com a sensação de que pelo menos alguma coisa poderia ser garantida para seus países futuramente. Se os países em desenvolvimento não tivessem insistido assertivamente na aprovação de suas demandas como fizeram, o texto final teria sido muito pior.

Como qualquer político, os ministros dos países em desenvolvimento estavam ansiosos para deixar a reunião ministerial com alguma coisa concreta para mostrar a seus eleitores e setores empresariais e, portanto, foram persuadidos a aceitar concessões agora (DFQF, prazo para a eliminação dos subsídios à exportação) em troca de outras concessões vagas, mas potencialmente muito mais importantes posteriormente. A economia política das negociações também determinou esse resultado — para os países menos desenvolvidos em especial, como não existem indústrias e setores de serviços fortes que poderiam ser prejudicados no futuro por um acordo ruim em NAMA ou em serviços, também não há lobistas pressionando pela aprovação de suas demandas nessas áreas.

O que acontecerá agora?

‘Empurrar com a barriga’, como mencionado por um senador dos Estados Unidos, está fora de cogitação por mais de alguns meses, em decorrência dos prazos impostos pela legislação comercial do país. De acordo com a legislação da ‘Autoridade de Promoção Comercial’ do governo dos Estados

Unidos (mais conhecida como *'Fast Track'*), o Congresso só pode votar a favor ou contra acordos comerciais negociados pelo governo, mas não propor emendas a eles. O *'Fast Track'* expirará em junho de 2007, o que representa um prazo político difícil. Sem o *'Fast Track'*, será legislativamente impossível para o Congresso daquele país considerar um acordo comercial.

Mesmo com o *'Fast Track'*, qualquer acordo final da rodada de Doha deverá ser submetido à apreciação do Congresso com meses de antecedência para poder ser aprovado a tempo. Isso significa que as modalidades devem estar prontas em meados de 2006 para que o trabalho técnico necessário para a definição de cronogramas detalhados de compromissos em diferentes setores e produtos possa ser realizado dentro do prazo previsto no *'Fast Track'*.

O texto aprovado em Hong Kong exige que as modalidades sejam acordadas até 30 de abril de 2006, mas poucos delegados acreditam que esse prazo seja viável. Após 16 meses de duras negociações, a reunião de Hong Kong avançou muito pouco em relação ao previsto na estrutura de julho de 2004. À medida que os delegados e governos digerirem essa situação nas próximas semanas, é provável que percebam que ainda têm um longo caminho a percorrer. O Congresso dos Estados Unidos não espera que o *'Fast Track'* seja renovado e talvez precise esperar até que um novo presidente seja eleito e um novo clima político surja para viabilizá-lo. Esse processo pode levar muito tempo — o Congresso negou a autoridade do *'Fast Track'* ao Presidente Clinton durante a maior parte dos 8 anos em que esteve na presidência do país.

Se a rodada se prorrogar até a próxima década, as implicações para o desenvolvimento dependem de mudanças geopolíticas mais amplas, mas os eventos ocorridos desde a reunião de Doha (a crescente assertividade de grupos de países em desenvolvimento como o G20 e o G33, a crise mais ampla do consenso de Washington) dão margem à visão otimista de que, quanto mais longa a rodada, melhor o seu eventual resultado. Além disso, desde que as negociações estejam avançando, elas poderão impor algum limite sobre o protecionismo do Norte e talvez sobre a pressão por acordos comerciais regionais do tipo *OMC-plus*. No entanto, o preço de uma rodada longa será alto, porque prolongará a agonia de um sistema mundial de comércio injusto, que condena os países em desenvolvimento à pobreza.

Para tentar cumprir o prazo de 30 de abril de 2006, estabelecido para as modalidades agrícolas e NAMA, os delegados se reunirão novamente nos primeiros meses de 2006. Esse encontro pode ser uma reunião ministerial completa ou (mais provavelmente) uma reunião de *'conselho geral mais ministros'*, como a acordada no Acordo-Quadro de julho de 2004.

A Oxfam tem sérias preocupações em relação à opção por uma reunião nesse formato de Conselho Geral. É vital que qualquer decisão tomada nesse sentido não permita que as negociações sejam desenvolvidas a portas fechadas dentro da OMC, fora do escrutínio do público e até mesmo de alguns ministros, como ocorreu em grande medida em julho de 2004. Um Conselho Geral não é o local adequado para a tomada de decisões tão sérias. Além disso, quando se reunirem novamente, os membros da OMC ainda enfrentarão as difíceis opções com as quais precisaram lidar em Hong Kong. A menos que os países ricos estejam dispostos a apresentar

propostas radicalmente novas, não será mais fácil chegar a um acordo, muito menos a um acordo que garanta o cumprimento das promessas pró-desenvolvimento feitas em Doha. Os negociadores dos países ricos não podem simplesmente aparecer e retomar os temas no ponto em que os deixaram em Hong Kong. Eles devem refletir, examinar sua consciência e emitir uma resolução de Ano Novo que garanta que essas negociações constituirão uma rodada de desenvolvimento em prol das pessoas que vivem em situações de pobreza no mundo.

A rodada de Doha, lançada com tanta pompa há quatro anos, corre o risco de não avançar de forma alguma. Os países ricos têm uma obrigação moral e interesses de longo prazo de tomar medidas concretas para livrar o mundo da pobreza extrema e da fome. Além desses países não terem cumprido as promessas que fizeram em Doha, há sinais preocupantes de que a rodada perdeu seu rumo e retrocedeu para o antigo modelo de negociações baseadas na noção de que 'o poder faz o direito', cujo resultado final pode ser mais prejudicial do que positivo para o desenvolvimento. Cabe às lideranças mundiais dos países desenvolvidos e em desenvolvimento tomar todas as medidas necessárias para que isso não aconteça e para fazer comércio com justiça.

Notas

¹ Duncan Green (2005) 'Blood on the Floor: How the Rich Countries have Squeezed Development out of the WTO Doha Negotiations', Documento Informativo da Oxfam No. 82, Oxford: Oxfam Internacional, disponível em: www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/trade/bp82_blood.htm.

² O termo "erosão de preferências" se refere à perda de benefícios para países beneficiários de preferências porque, à medida que os países ricos reduzem suas tarifas, a vantagem oferecida por esquemas de preferências também se reduz.

³ Esse grupo também ficou conhecido como o 'NAMA 11', mas ainda não identificamos os outros dois membros.

⁴ Progressividade tarifária: direitos aduaneiros mais altos para produtos semi-processados do que para matérias-primas e ainda mais altos para produtos acabados. Essa prática protege as indústrias nacionais de processamento e desestimula o desenvolvimento de atividades de processamento nos países de origem das matérias-primas.

Picos tarifários: tarifas relativamente altas em meio a níveis tarifários mais baixos de um modo geral. Para os países industrializados, tarifas de 15 por cento ou mais são reconhecidas como 'picos tarifários' de um modo geral.

© Oxfam Internacional dezembro de 2005

Este documento informativo foi elaborado por Duncan Green. A Oxfam agradece a assistência de Romain Benicchio, Jennifer Brant, Barry Coates, Gonzalo Fanjul, Mark Fried, Jeremy Hobbs, Marita Huitjes, Gawain Kripke, Shuna Lennon, Muthoni Muriu, Francis Perez, Liz Stuart, Simon Ticehurst, Samar Verma, Marita Wiggertaler e Takumo Yamada na sua elaboração. Este documento faz parte de uma série de documentos elaborados para fornecer insumos para debates públicos sobre questões relacionadas a políticas de desenvolvimento e humanitárias.

O texto pode ser usado gratuitamente para fins de *advocacy*, campanhas, educação e pesquisas, desde que sua fonte seja reconhecida na íntegra. A proprietária dos direitos autorais solicita que todos esses usos sejam registrados junto a ela para que seus impactos possam ser avaliados. Para cópias em quaisquer outras circunstâncias, sua reutilização em outras publicações ou para fins de tradução ou adaptação, será necessário obter permissão e poderá ser cobrada uma taxa. E-mail: publish@oxfam.org.uk.

Para obter mais informações sobre as questões levantadas neste documento ou sobre a campanha do Comércio com Justiça, favor enviar um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org ou visitar o site www.maketradefair.com.

A **Oxfam Internacional** é uma confederação de doze organizações que trabalham juntas em mais de 100 países para identificar soluções duradouras para a pobreza e a injustiça: Oxfam América, Oxfam Austrália, Oxfam na Bélgica, Oxfam Canadá, Oxfam Alemanha, Oxfam Grã-Bretanha, Oxfam Hong Kong, Intermón Oxfam (Espanha), Oxfam Irlanda, Oxfam Nova Zelândia, Novib Oxfam Países Baixos e Oxfam Quebec. Favor telefonar ou escrever para qualquer dessas organizações para obter informações adicionais ou visitar o site www.oxfam.org.

Escritórios de Advocacy da Oxfam Internacional:

Washington: 1100 15th St. NW, Ste. 600, Washington, DC 20005, Estados Unidos

Tel: +1.202.496.1170. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

Bruxelas: 22 rue de Commerce, 1000 Brussels, Belgium

Tel: +322.502.0391. E-mail: luis.morago@oxfaminternational.org

Genebra: 15 rue des Savoises, 1205 Genebra, Suíça

Tel: +41.22.321.2371. E-mail: celine.charveriat@oxfaminternational.org

Nova Iorque: 355 Lexington Avenue, 3rd Floor, Nova Iorque, NY 10017, Estados Unidos

Tel: +1.212.687.2091. E-mail: nicola.reindorp@oxfaminternational.org

Tóquio: Oxfam Japan, Maruko-Bldg. 2F, 1-20-6, Higashi-Ueno, Taito-ku, Tóquio 110-0015, Japão

Tel:/Fax: +81.3.3834.1556. E-mail: advocacy@oxfaminternational.org

| | |
|---|--|
| <p>Oxfam América 26 West St. Boston, MA 02111-1206 Estados Unidos Tel: +1.617.482.1211 E-mail: info@oxfamamerica.org www.oxfamamerica.org</p> | <p>Oxfam Hong Kong 17/fl., China United Centre 28 Marble Road, North Point Hong Kong Tel: +852.2520.2525 E-mail: info@oxfam.org.hk www.oxfam.org.hk</p> |
| <p>Oxfam Austrália 156 George St. Fitzroy, Victoria 3065 Austrália Tel: +61.3.9289.9444 E-mail: enquire@caa.org.au www.oxfam.org.au</p> | <p>Intermón Oxfam (Espanha) Roger de Llúria 15 08010, Barcelona Espanha Tel: +34.902.330.331 E-mail: info@intermonoxfam.org www.intermonoxfam.org</p> |
| <p>Oxfam na Bélgica Rue des Quatre Vents 60 1080 Bruxelas Bélgica Tel: +32.2.501.6700 E-mail: oxfamsol@oxfamsol.be www.oxfam.be</p> | <p>Oxfam Irlanda <u>Escritório em Dublin</u>, 9 Burgh Quay, Dublin 2 Irlanda, Tel: +353.1.672.7662 <u>Escritório em Belfast</u>, 115 North St, Belfast BT1 1ND, UK, Tel: +44.28.9023.0220 E-mail: communications@oxfam.ie www.oxfamireland.org</p> |
| <p>Oxfam Canadá 250 City Centre Ave, Suite 400 Ottawa, Ontário, K1R 6K7 Canadá Tel: +1.613.237.5236 E-mail: info@oxfam.ca www.oxfam.ca</p> | <p>Oxfam Nova Zelândia PO Box 68357 Auckland 1032 Nova Zelândia Tel: +64.9.355.6500 (linha gratuita: 0800 400 666) E-mail: oxfam@oxfam.org.nz www.oxfam.org.nz</p> |
| <p>Oxfam Alemanha Greifswalder Str. 33a 10405 Berlim Alemanha Tel: +49.30.428.50621 E-mail: info@oxfam.de www.oxfam.de</p> | <p>Novib Oxfam Países Baixos Mauritskade 9, Postbus 30919 2500 GX, Haia Países Baixos Tel: +31.70.342.1621 E-mail: info@novib.nl www.novib.nl</p> |
| <p>Oxfam Grã-Bretanha Oxfam House, John Smith Drive Cowley, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido Tel: +44.(0)1865.473727 E-mail: enquiries@oxfam.org.uk www.oxfam.org.uk</p> | <p>Oxfam Quebec 2330 rue Notre Dame Ouest, bureau 200 Montreal, Quebec, H3J 2Y2, Canadá Tel: +1.514.937.1614 E-mail: info@oxfam.qc.ca www.oxfam.qc.ca</p> |

